



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE
Identificação: CIDADES B2
Data: 01/02/2013

MPE quer concurso público para as duas UPAs da capital

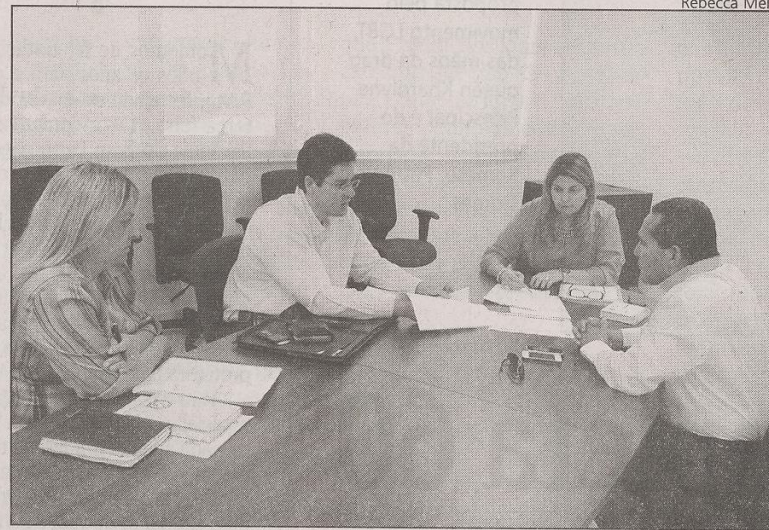
Escalas médicas desses locais são formadas por contratados por RPA

Rebecca Melo
DA EQUIPE JC

Rebecca Melo

O Ministério Público Estadual requer a extinção do vínculo de RPA (re-cibo de pagamento autônomo) na prestação do serviço de saúde e a realização urgente de concurso público. As escalas de clínicos médicos das unidades Fernando Franco [Zona Norte] e Nestor Piva [Zona Sul] estão sendo preenchidas com sacrifício, pelo excesso de profissionais com esse tipo de vínculo. Esta foi a principal constatação da reunião realizada na manhã de ontem, 31, quando o MPE recebeu representantes do Município de Aracaju para averiguar o cumprimento da decisão judicial que determina a contratação emergencial de clínicos médicos para fechar as escalas de urgência e emergência dessas duas unidades, além da posterior realização de concurso.

De acordo com os representantes do Município, as escalas existem, mas são em 70%, integradas por profissionais contratados por RPA - que, para o Ministério Público, é um vínculo precário, principalmente para uma atividade fim, como a prestação de serviço de saúde. “O profissional acaba não tendo vínculo com o Município de Aracaju e, portanto, ele passa a ter apenas o compromisso moral de ir ao plantão. Se ele



DURANTE
audiência,
Euza Missano
requeriu a
extinção do
vínculo de RPA

não for, não tem com o obrigá-lo nem como formular as punições previstas na legislação”, explicou Euza Missano.

Para se ter uma ideia, o diretor de Saúde do Município e o coordenador clínico das unidades informaram que são necessários 35 médicos no Zona Sul, e tem-se apenas 17 concursados. Isso significa um déficit de 18 médicos. Já o Zona Norte acumula um déficit de 17 médicos, porque dos 21 necessários, apenas quatro são concursados. “Esses médicos que a gente se refere como ‘déficit’ são os que integram a escala como RPA”, explicou a promotora. Para ela, a solução é a extinção imediata desse tipo de

vínculo. “Nem deveria existir isso no serviço público, e nós vamos informar isso no processo, porque o juiz manda fazer o contrato emergencial para uma necessidade excepcional, até ser deflagrado o concurso público”, anuncia Euza Missano.

Outro problema encontrado no atual sistema de contratações se relaciona à discrepância existente entre o valor da hora paga ao médico concursado [R\$ 30,00] e àquela paga ao médico de RPA [entre R\$ 65,00 e R\$ 95,00]. “Isso não só desestimula a contratação e um futuro concurso, mas também significa um gasto bem maior que a municipalidade tem com o RPA do

que com o concursado”, alega a promotora. O coordenador clínico das unidades, Wesley Santiago, comprovou esse fato com a informação de que, dos 62 aprovados no último concurso público, tem-se apenas nove em atividade.

De acordo com a promotora, apesar de a escala estar completa, há falhas constantes devido às frequentes ausências de plantonistas de RPA. “A decisão judicial já determinava que se fizesse contratação emergencial e realizasse concurso público. Então, não tem mais alternativa: tem que fazer o concurso e a população tem que ser atendida por profissionais contratados”, finalizou Euza Missano.